

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade: concepções e práticas em confronto

Silvilene de Barros Ribeiro Morais¹
Maria Amelia Gomes de Souza Reis²

DOI 10.26512/museologia.v10i19.36899

51

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

Este artigo apresenta parte das conclusões da tese “Inclusão em Museus: conceitos trajetórias e práticas”, buscando refletir sobre inclusão e acessibilidade, a partir das percepções dos profissionais. Utilizamos os dados do questionário online, analisados pelo sistema SPSS, e entrevistas semi-estruturadas, presenciais, examinadas através da “Análise do Discurso” de Fairclough. Buscamos apresentar questionamentos e proposições que possam estimular novas formas de atuação.

Palavras-chave

Museus. Inclusão. Acessibilidade. Educação. Pessoas com Deficiência.

Abstract

This paper presents part of the conclusions of the thesis “Inclusion in Museums: concepts, trajectory and practices”, seeking to reflect on inclusion and accessibility, based on professionals’ perceptions. We used data from an online questionnaire, analyzed by the SPSS software, and semi-structured, face-to-face interviews, examined through Fairclough’s “Discourse Analysis”. We seek to present questions and propositions that can stimulate new forms of action.

Keywords

Museums. Inclusion. Accessibility. Education. People with Disabilities

Introdução

Este artigo apresenta parte das conclusões da tese de doutorado intitulada “Inclusão em Museus: conceitos trajetórias e práticas”³ e tem como objetivo propor uma reflexão sobre o tema acessibilidade, não sendo restrito à descrição de práticas, mas tendo como ponto de partida as concepções dos profissionais de museus sobre a temática e suas percepções sobre os processos inclusivos em curso nas instituições em que atuam. Nesse sentido foram realizadas entrevistas com profissionais de museus de cinco instituições do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo abordadas diversas questões referentes aos conceitos e processos inclusivos em desenvolvimento nas instituições⁴. Para análise de da-

1 Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPG-PMUS UNIRIO-MAST). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Bacharel em Museologia, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora com artigos publicados, em âmbito nacional e internacional, sobre a temática da Inclusão, Interculturalidade, Acessibilidade, Diversidade e Educação em Museus.

2 Doutora em Educação (2002) pela Universidade Federal Fluminense e Pós-Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Mestre em Educação UFF. Graduada e Licenciada em História Natural (1969) pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG- Rio de Janeiro, atual UERJ). Professora de Ciências Naturais em todos os níveis de ensino - 1962/ atual. Pesquisadora do Centro Interdisciplinar do Século XX - CEIS 20 da Universidade de Coimbra (2009- atual). Subsecretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro 1992-93; Presidente da Fundação Jorge Duprat de Saúde e Segurança do Trabalho - CNPQ/ Ministério do Trabalho - 2013/16; Professora da pós-graduação em Educação (UniRio - 2002-2006); Professora da Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - (2006- atual). Pesquisadora com vários livros e artigos publicados nacional e internacionalmente no campo da Educação e Museologia em suas várias intersecções - saúde; patrimônio cultural, âmbito escolar; crianças e adolescentes em risco social; direitos humanos; interculturalidade, entre outros.

3 Tese desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO/MAST, concluída no ano de 2019, sendo contemplada com a Bolsa CAPES.

4 O questionário online e a entrevista também foram aplicados entre os profissionais e 4 instituições

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade:
concepções e práticas em confronto

dos, definiu-se como metodologia a “Análise do Discurso” de Fairclough (2001), que apresenta como proposta a compreensão da linguagem como forma de prática social. Buscamos, também, neste trabalho, apresentar questionamentos que estimulem a elaboração de um olhar crítico sobre o contexto atual e fazer proposições que possam estimular novas formas de atuação.

A expressão “museu para todos” é constantemente repetida como um ideal a alcançar, mas o processo constitutivo de museus inclusivos confronta-se com a estrutura que a sociedade mantém, e que vemos refletir-se nas instituições, pouco comprometida com a diversidade de indivíduos e culturas.

Nesse sentido, as ações planejadas pelos museus têm ocorrido, geralmente, de forma pontual e periférica, trazendo pouco impacto às estruturas organizacionais. O foco nas práticas educativas como instrumento para dar acesso a grupos sociais minoritários aos museus, não permite que a instituição se envolva como um todo na construção do seu processo inclusivo, dificultando o desenvolvimento de uma consciência inclusiva e a circulação do conhecimento adquirido.

Os museus recebem visitantes que apresentam uma variedade de origens, interesses, habilidades, além da diversidade funcional. Alguns absorvem melhor informações visualmente, outros apreendem melhor auditivamente, alguns dos seus visitantes podem não dominar o português ou ter um baixo nível de instrução, talvez seja um aluno que apresente uma deficiência física, sensorial ou de aprendizagem. O grande desafio dos museus é potencializar a experiência da visita para todos.

Podemos perceber que, quando se trata de refletir sobre acessibilidade, habitualmente reconhecida como um conjunto de ações que envolve conhecimento técnico específico, a reflexão conceitual não faz parte das discussões propostas em congressos e seminários, sendo o foco direcionado para as práticas. Consideramos que a compreensão do conceito de Inclusão é base para a reflexão sobre acessibilidade, pois auxilia no direcionamento adequado das práticas e para a consolidação do processo, pois contempla a ampliação da participação e do conhecimento sobre a temática. Sua implementação gera conscientização, o desenvolvimento global da instituição e a transformação de estruturas e processos.

Booth&Ainscow (2012: 40) consideram que “a inclusão é um processo incessante que envolve o descobrimento e a remoção progressiva dos limites à participação e à aprendizagem”. Igualmente, Santos (2009:12) conceitua Inclusão como um processo, compreendido pelo seu caráter mais incompleto, incessante e dinâmico, já que se relaciona com o empreendimento “de todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão, em qualquer arena da sociedade em que viva, ao qual ele tem direito e sobre o qual ele tem deveres”; ou seja envolve conscientização, engajamento e conhecimento para que ocorra a identificação e eliminação de barreiras que impedem a plena participação dos indivíduos em condição de igualdade num mesmo espaço social, de forma contínua.

Consideramos fundamental o aprofundamento das discussões sobre os processos inclusivos, de forma que os profissionais de museus sejam capazes de produzir um movimento interno que gere mudanças efetivas e que transpire para a sua comunidade, a partir do reconhecimento das particularidades do seu contexto – condição indispensável, inclusive, para a implementação de uma

acessibilidade que seja eficaz –, da reflexão e adoção coletiva dos valores e princípios inclusivos, assumindo-os como inerentes a sua identidade institucional e, também o engajamento com a pesquisa.

A Percepção sobre Acessibilidade: um processo dinâmico

Tendo como base as reflexões sobre deficiência, de Gaudenzi e Ortega (2016), podemos constatar que os sujeitos possuidores de um corpo marcado pela diferença foram reconhecidos por um longo período da nossa história ocidental como inválidos, anormais, monstros ou degenerados, além de carregarem sobre si, sobre seus corpos, uma perspectiva mística que poderia identificá-los como aqueles a quem eram destinados a ira ou o milagre divinos, o que poderia determinar sua vida ou morte.

Na Modernidade, com a adoção da perspectiva biomédica para compreensão do corpo dos sujeitos com deficiência, o discurso religioso perdeu influência, e a partir desse contexto, o corpo atípico passou a ser diagnosticado como patológico ou deficiente, buscando-se construir um conhecimento que validasse essa percepção, assim como controle sobre esses corpos.

Os discursos revestidos de autoridade científica, se apropriaram dos corpos atípicos como objeto de estudo e poder, rotulando-os como anormais, sendo assim esses corpos não eram somente diferentes, mas precisavam ser corrigidos.

Essa perspectiva em que a deficiência passou a ser reconhecida como patologia recebeu a denominação de Modelo Médico da Deficiência ou Modelo da Tragédia Pessoal. Com base nessa percepção ainda muito presente na sociedade e, conseqüentemente, nas instituições, compreende-se as perdas vividas pelas pessoas com deficiência resultam de desvantagens naturais inerentes a sua formação física e, portanto, seus impedimentos são reconhecidos como infortúnios privados, uma *tragédia pessoal*.

Na década de 1980, após um intenso movimento de especialistas e ativistas na busca pelo estabelecimento de uma nova compreensão sobre a deficiência, consolidou-se a rejeição ao Modelo Médico e à percepção de que a perspectiva sobre deficiência precisava ser “corrigida”. Dessa forma, disseminou-se a percepção de que não deveriam ser esperados “ajustamentos” das pessoas com deficiência, mas que esse seria o papel da sociedade, pois ela que era desajustada em relação a esses. Compreendeu-se que a opressão social e a exclusão das pessoas com deficiência não se originavam de suas limitações físico-mentais e que a condição de desigualdade se consolida numa sociedade com menor nível de consciência e sensibilidade à diversidade de estilos de vida. Em contraposição ao Modelo Médico da Deficiência desenvolve-se o Modelo Social da Deficiência.

Para os defensores do Modelo Social, a exclusão social não deve ser considerada o destino inquestionável da pessoa que possui um corpo atípico. Habitar esse corpo passa a ser reconhecido como uma experiência singular que pode ser vivenciada, como também narrada, de diversas formas, dependendo da experiência subjetiva dos sujeitos, das relações que constrói e do aporte ambiental e social. Quando se passa a reconhecer que o prejuízo sofrido pelas pessoas com deficiência resulta da sociedade, esses passam a ser percebidos como membros de uma minoria cujos direitos foram ignorados por uma maioria injusta. Assim, a abordagem que se destina às pessoas com deficiência será de garantir seus direitos, de forma a que possam usufruir de liberdade e autonomia para participar da vida social e das oportunidades em igualdade de condições.

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade: concepções e práticas em confronto

Na esteira dos movimentos de reconhecimento e valorização das diferenças, relacionados a raça e gênero, se origina a ideia da “deficiência como cultura” e como “categoria diversa”. O campo passa a estabelecer afinidades com disciplinas que lidam com noções de identidade política, como os estudos de gênero e de diversidade sexual. Em decorrência desses estudos, a forma de compreender e tratar a deficiência passou a ser compreendida de forma similar a outros contextos de humilhação e opressão pelo corpo, tais como o sexismo e o racismo. Nesse cenário, cria-se o termo *disablism* em confrontação a cultura da normalidade que oprime e discrimina as pessoas que possuem impedimentos em função da sua estrutura corporal.

Esse processo de conscientização vem produzindo processos de *coming out* deficiente, análogos aos *coming outs* de gays, lésbicas e negros, declarando um “orgulho de ser pessoa com deficiência”. A afirmação “sou uma pessoa com deficiência” constitui uma afirmação de auto categorização, um processo de subjetivação e de formação de identidade. Para os pesquisadores do campo essa afirmação evidencia um processo de transição do discurso dominante da dependência e anormalidade para a celebração da diferença e o orgulho da identidade da pessoa com deficiência.

A partir dessa percepção, se constrói a reflexão deste trabalho, na medida em que se percebe ainda, entre os profissionais de museus, a permanência de uma perspectiva médica e estereotipada da pessoa com deficiência, que tem direcionado as ações de acessibilidade e educativas voltadas para esse segmento.

De acordo com a perspectiva do biopsicossocial, as pessoas não deveriam mais ser classificadas como “portadoras de necessidades educacionais especiais”, mas sim compreendidas como pessoas que experimentam barreiras para desenvolver sua aprendizagem e de participar da sociedade de forma igualitária.

Nesse sentido, há uma mudança da perspectiva sobre a acessibilidade: os recursos elaborados de forma restritiva para dar suporte às experiências e aprendizagem das pessoas classificadas como “portadoras de necessidades especiais”, isto é, partindo de uma pretensa “carência” dos indivíduos, passam a ser compreendidos como instrumentos que têm como finalidade ampliar o potencial dos museus de responder à diversidade.

I - A perspectiva dos profissionais de museus sobre as ações inclusivas: o desafio de unir o discurso e a prática

I.1 Questionário online

A tabela descrita a seguir integra uma etapa da pesquisa realizada, de caráter quantitativo, que se constituiu na aplicação de um questionário online contendo 48 questões, disponibilizado entre os profissionais que atuavam em museus nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

No questionário foram abordados temas referentes à inclusão, tais como: interculturalidade, acessibilidade, trabalho colaborativo e diversidade. Na etapa de análise dos dados coletados, os resultados descritos nas tabelas foram comparados de forma que pudéssemos identificar o nível de envolvimento, de conscientização e mesmo de contraditoriedade presente nas afirmativas dos participantes.

Alcançamos um número de 93 participantes, sendo que somente 47 completaram de forma significativa o questionário, tendo a sua participação reconhecida como válida.

Para a operacionalização da análise dos dados coletados as respostas foram padronizadas e avaliadas para a construção de uma escala de atitudes, sendo escolhida para isso a escala Likert. A utilização dessa ferramenta metodológica teve como finalidade a verificação do nível de concordância do sujeito com uma proposição que apresenta uma alternativa favorável ou desfavorável, positiva ou negativa em relação a um objeto psicológico (MIRANDA et all, 2009).

Para Lucian (2016:15), Atitude é uma característica dos sujeitos que está relacionada ao conjunto de crenças sobre alguma temática e sua resposta em relação a isso. Consideramos que mensurar atitude se torna relevante “pelo fato de que este conhecimento é útil na compreensão do comportamento das pessoas, no entendimento da forma como tomam decisões e no conhecimento do modo como se organizam em grupos.

Baseados na escala, composta por cinco opções, os participantes podem especificar o seu nível de concordância ou discordância com a afirmativa proposta, escolhendo entre as seguintes respostas:

- 1-Totalmente em desacordo;
- 2-Bastante em desacordo;
- 3-Algumas vezes de acordo e outras em desacordo;
- 4-Bastante em acordo;
- 5-Totalmente de acordo.

Os dados da pesquisa foram analisados por meio do programa SPSS que consiste num software aplicativo (programa de computador) do tipo científico, utilizado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (UC)⁵ para a realização de pesquisas estatísticas.

Tabela I - Acessibilidade

| | | 21- Ao disponibilizar recursos de acessibilidade, o museu deve considerar as características fixas e os padrões representativos de cada grupo de PcD. | 47- Nos museus, as questões relativas à acessibilidade das exposições devem constituir a última etapa da organização e execução do projeto, através de ações complementares. | 38- Inclusão e acessibilidade nos museus dizem respeito a atender as necessidades específicas das pessoas com deficiência. | 45- Acessibilidade nos museus implica em tornar o espaço físico das exposições acessível e a oferta de recursos tecnológicos para facilitar a comunicação. | 32- Considero que os museus cumprem a legislação referente a acessibilidade e aos direitos das PcD. |
|-----------|---------|---|--|--|--|---|
| n | Válido | 74 | 74 | 74 | 74 | 74 |
| | Ausente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Média | | 3,91 | 1,55 | 3,19 | 3,70 | 2,36 |
| Mediana | | 4,00 | 1,00 | 3,00 | 4,00 | 2,00 |
| Modo | | 4a | 1 | 3a | 4 | 2 |
| Variância | | 1,210 | 1,072 | 1,909 | 1,362 | 1,495 |
| Intervalo | | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Mínimo | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |

5 Essa etapa da pesquisa foi realizada sob orientação da professora doutora Maria do Rosário Pinheiro, da Faculdade de Psicologia em Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra (PT), no decorrer do doutorado sandwich, realizado com apoio da CAPES.

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade: concepções e práticas em confronto

A Tabela 01 destaca algumas percepções sobre acessibilidade que, habitualmente, podem ser identificadas como direcionadoras das ações propostas pelos museus. As respostas 1 e 2 são consideradas as mais favoráveis para essas questões. Podemos observar, através dos dados obtidos, que a concepção de que a acessibilidade se destina exclusivamente às pessoas com deficiência ainda permanece na forma de planejar recursos e materiais educativos e comunicacionais nos museus.

Na questão 21, as respostas com maior concentração são igualmente as 5 e 4 (35,1%) e índice de dispersão das respostas é significativo (1,210), revelando que o Modelo Médico ainda permanece orientando as práticas educativas institucionais, apesar do discurso inclusivo presente nas instituições. Inúmeras pessoas poderiam usufruir desses materiais se já fossem planejados visando a diversidade de características e repertórios sem restrições de usos por grupos específicos. Planejar um uso múltiplo e flexível dos materiais com base no conceito de Desenho Universal, como determina a legislação específica, não é uma prática reconhecida nas instituições, já que esse conceito tem sido relacionado exclusivamente a questões arquitetônicas, sem contemplar a prestação de serviços. Nesse contexto é utilizado o termo Acessibilidade Universal, numa concepção que visa promover a acessibilidade através da adequação de ambientes físicos, práticas e materiais, e que não contempla a produção de mudanças nas estruturas e processos institucionais.

A questão 47 enfatiza a acessibilidade no âmbito da gestão. A resposta 1 (71,6%) apresenta um grande índice de concentração, e expressa o nível de dispersão mais baixo dentre as outras questões (1,072). Revela uma compreensão maior da importância de não pensar a acessibilidade como um apêndice dos projetos.

A questão 38 aborda a compreensão do conceito de acessibilidade. Neste caso observa-se o mais alto índice de dispersão nas respostas (1,909), já que as respostas 5 e 3 apresentam o mesmo nível de adesão (25,7%) seguidas da resposta 2 (20,3%). De uma forma geral a concepção de que a acessibilidade beneficia a toda a sociedade já tem sido divulgada, mas a prática tem se mantido de forma pragmática, em modelos destinados a segmentos específicos. Desta forma planejam-se materiais específicos para grupos de uma determinada tipologia de deficiência sem que se considere a diversidade de interesses e potenciais particulares. Não compõe a práticas das instituições, com raras exceções, o planejamento dos materiais considerando a diversidade, gerando recursos flexíveis, de múltiplos usos, que permitissem ao visitante fazer sua própria escolha, de acordo com suas necessidades e interesse, sem que, concomitantemente, possibilite um atendimento ampliado, que alcance uma variedade maior de pessoas e necessidades. Essa perspectiva possibilitaria o alcance de um público maior com menor custo, se constituindo num aspecto facilitador para a obtenção de patrocínios e para a seleção de editais públicos.

A Questão 45 confronta as percepções dos profissionais com o conceito e as dimensões da acessibilidade. Neste caso, a resposta 4 (31,1%) possui a maior concentração, seguida da 5 (29,7%) e 3 (25,7%), portanto com índice de dispersão significativo (1,362). Revela uma tendência de ignorar a relevância das outras dimensões da acessibilidade como fundamentais para garantir a igualdade e equidade no atendimento. Portanto, não são considerados como imprescindíveis os aspectos atitudinais, metodológicos e programáticos, que constituem as outras dimensões do conceito de acessibilidade⁶.

6 Sassaki (2012) define as sete dimensões da acessibilidade como: arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, programáticas, metodológicas, instrumentais e naturais. Disponível em: <http://sinicesp.org.br/boletins/>

A Questão 32 destaca a compreensão dos profissionais sobre a Legislação sobre acessibilidade e o seu cumprimento pela sua instituição. A resposta com maior concentração é a 2 (33,8%), seguidas da resposta 1 (27,0%) e 3 (25,7%). Apresenta o nível de dispersão bastante ampliado (1,495). Expressa o entendimento dos profissionais de que os direitos da Pessoa com Deficiência não são atendidos de forma satisfatória pelas instituições.

Considerando o Museu na sua dimensão educativa, nos apropriamos da reflexão proposta por Freire (1979: 19), que nos aponta o ponto crucial para transformação de uma ação padronizada para uma ação educativa emancipadora: “toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto, do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se)”. Sem essa reflexão o processo educativo passa a ser direcionado para uma atuação redutora do indivíduo à condição de objeto e não de ser sujeito nesse processo. Sem uma análise do seu contexto cultural o que se tem praticado é uma educação pré-fabricada, que não gera transformação, já que não considera o indivíduo em sua concretude e em sua integralidade. Ora, em Freire (1979: 19) encontramos a afirmativa que reconhecemos como central para a nossa reflexão: “(...) não existe homem no vazio. Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso”. O sujeito com deficiência também é um ser de raízes espaço-temporais. E podemos concluir em consonância com o autor que a educação, praticada por uma instituição que se pretende inclusiva, sendo inerente ao processo a questão da acessibilidade, não se torna um instrumento válido se não se consolida uma relação dialética com o contexto da sociedade ao qual o sujeito está radicado – esse é o fator determinante, não sua deficiência ou incapacidade.

1.2 Entrevistas

1º diálogo - função: Coordenador do Setor Educativo

MBR1a: Por exemplo, a gente atendeu certos grupos de uma instituição que trabalha com cegos, em que você tem pessoas com baixa visão e sem visão alguma, ou muito reduzida. E o tempo do visitante na exposição é completamente diferente. Então você cria uma espécie de segregação, mas é uma segregação que é balizada pelo tempo da pessoa. A pessoa enxerga alguma coisa, pode ter fotofobia, então não consegue..., mas essa exposição eu já vi. Então... “já vi esse celular, já vi esse copo”. Enquanto o deficiente que “tá” realmente com muito... é, com um grau de visão bastante... ou nenhum, ele vai precisar tocar no objeto, ele vai precisar sentir o objeto, vai precisar... E isso é uma experiência que a gente teve ali na hora. Volta, conversa com o professor. Ah, vai segregar, não vai segregar... Mas também a gente não tem como, é... um próprio timing da pessoa.

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade:
concepções e práticas em confronto

2º diálogo- função: Educador⁷

MBRI d: Aí eu vou te falar: participo e não participo. Porque participo? Porque eu estou ali fazendo parte da reunião, ouvindo tudo o que “tá” sendo falado, entendendo tudo que “tá” sendo feito. Aí minha participação qual seria: criar soluções de acessibilidade, pra uma pessoa cega que quiser vir aqui, venha e consiga interagir com o que “tá” sendo proposto. Essa deve ser minha participação. Porém, uma instituição pública no momento que a gente “tá” vivendo – em qualquer momento, mas especialmente no momento que a gente “tá” vivendo –, ela não tem recursos pra investir, né. Porque se o espaço não foi pensado, se a exposição não foi pensada pra ser acessível, você vai ter que gastar com isso depois.

P: Sim.

MBRI d: (...) então acaba que a minha participação fica muito limitada ao que nós temos, e nós não temos... E o que nós temos não foi pensado pra isso. E acaba que... Eu “tô” ali, mas às vezes isso causa até uma... De vez em quando eu conversei com uma das colegas sobre isso (pausa) porque dá a impressão de que não “tá” valendo a pena.

P:[Uhum]

MBRI d: Entendeu? Porque eu quero que faça a diferença. (...)

3º diálogo: coordenação de acessibilidade/educativo

MBRI e: (...)em relação à acessibilidade, acontece um pouco assim... porque você sempre lida com corte de verba, então, eu já soube que, por exemplo, essa exposição – não sei bem exatamente o porquê – pediram pra gente fazer umas indicações do que poderia ser acessível.

P: Sim.

MBRI e: (...)Então, era mais o pessoal da parte da equipe da museografia, da pesquisa, que “tava” mais envolvido com a parte do conceito da exposição. (...). A gente não entrou nesses encontros, nesse processo. Fomos chamados mais a frente, e aí um colega me perguntou, que eu acredito até... Não sei, né, acho que foi um pouquinho de inocência, assim, “então, você acha que a nossa exposição ‘tá’ acessível?”. Aí eu me perguntei: em algum momento alguém parou pra pensar no assunto? Não. Naquele momento só ficava... “não, daqui a pouco a gente vai ver acessibilidade, né?”

Dando continuidade à análise dos discursos com base na perspectiva de Fairclough (2001), que, como já enfatizamos, compreende a linguagem como forma de prática social, o que implica em reconhecer no discurso um modo de ação: “(...) a gente atendeu certos grupos de uma instituição que trabalha com cegos”. O trecho da entrevista citada relata a relação do educador, que representa o discurso institucional, com uma escola que trabalha especificamente com cegos, no momento de recepção. Nesse cenário podemos observar outro

7 O educador é uma pessoa com deficiência

aspecto abordado enfaticamente pelo autor, ao afirmar que a constituição dos discursos na sociedade se origina de “uma prática social que está profundamente enraizada em estruturas sociais, materiais, concretas” e permanecem sendo orientadas por elas (p.93), na medida em que são duas instituições que corroboram a visão da sociedade de controle sobre a diversidade com base em sistemas classificatórios a partir da identificação da deficiência do sujeito: “Então você cria uma espécie de segregação, mas é uma segregação que é balizada pelo tempo da pessoa.”

Na narrativa citada, podemos observar claramente a abordagem com base na dialética apropriada pelo autor, que “considera a prática e o evento contraditórios e em luta” (p.92), apresentando como ponto crítico a necessidade dos visitantes versus a necessidade de controle da instituição sob o processo inclusivo, um dilema: “Enquanto o deficiente (...) ele vai precisar tocar no objeto, ele vai precisar sentir o objeto, vai precisar...”, revelando um contexto em crise, em que as estruturas institucionais manifestam uma estabilidade de caráter temporário, parcial e contraditório (FAIRCLOUGH, 2001).

O mesmo autor traz-nos à reflexão para o reconhecimento do discurso como modo de prática política, considerando que para além ser uma arena de luta pelo poder, também é um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva vai se utilizar das convenções, cuja função é naturalizar as relações de poder e as perspectivas particulares, sendo que as próprias convenções e os modos em que se articulam são um foco de luta: “Volta, conversa com o professor. Ah, vai segregar, não vai segregar... Mas também a gente não tem como, é... um próprio timing da pessoa”.

Em consonância com Fairclough (2001), compreendemos que o museu e sua ordem do discurso podem ser reconhecidos em uma relação de caráter complementar, e não sobreposta a outros domínios, como escolas e demais instituições. Em outra perspectiva, podem ser observadas contradições entre domínios específicos (instituições/ políticas inclusivas), que podem se transformar em plataforma de lutas, na busca por redefinir seus limites, as relações entre instituições e suas convenções discursivas.

Na segunda narrativa, outras contradições podem ser identificadas nos ambientes institucionais relacionadas ao modo como o processo inclusivo passa a ser adotado, sempre de forma parcial e setorizado, sem que tenha se desenvolvido um processo de conscientização e conhecimento necessários. Analisando o caráter dos discursos, Fairclough (2001) se contrapõe a ideia de uma relação única e constante de complementaridade entre os elementos de um discurso, na medida em que aponta que a relação entre as essas partes pode ser contraditória. Compreende que os limites entre os elementos podem ser linhas de tensão: “Aí eu vou te falar: participo e não participo. Por que participo? Porque eu estou ali fazendo parte da reunião, ouvindo tudo o que “tá” sendo falado, entendendo tudo que “tá” sendo feito. O narrador conclui, evidenciando esse contexto contraditório: (...)então acaba que a minha participação fica muito limitada ao que nós temos, e nós não temos... E o que nós temos não foi pensado pra isso.

Fairclough (2001) afirma que diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser “investidos”, política e ideologicamente, de formas particulares. Isso significa que os tipos de discurso podem ser representados de diferentes maneiras – podem ser reinvestidos. Nesse sentido, podemos identificar esse processo na forma como os museus trabalham com a questão da diversidade, observando suas limitações e narrati-

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade: concepções e práticas em confronto

vas que servem, inclusive, para justificar seus discursos e práticas, reelaborando novos discursos e conceitos de maneira a naturalizar as situações contraditórias.

Observa-se na terceira narrativa, em consonância com Fairclough (2001), que em diferentes circunstâncias sociais, como nas relações internas que se estabelecem nos museus, pode-se perceber que os mesmos limites impostos pela estrutura, tornam-se foco de contestação e luta entre sujeitos com posições diferenciadas, cujas práticas discursivas associadas a eles podem ser consideradas contraditórias, na medida em que não se reconhece uma unidade no discurso inclusivo adotado pela instituição: “(...). A gente não entrou nesses encontros, nesse processo. Fomos chamados mais à frente. E aí um colega me perguntou: “então, você acha que a nossa exposição ‘tá’ acessível?”. Aí eu me perguntei: em algum momento alguém parou pra pensar no assunto? Não. Naquele momento só ficava... “não, daqui a pouco a gente vai ver acessibilidade, né?””

Podemos considerar, a partir dos dados coletados nas entrevistas e também no questionário online disponibilizado aos profissionais, que os museus se encontram num momento de transição, na medida em que se reconhece a diversidade como característica inerente ao ser humano, mas ainda não como um valor capaz de enriquecer e possibilitar o desenvolvimento das instituições. O atendimento da pessoa com deficiência é compreendido como um encargo que a instituição deve desempenhar, atuando a partir de um viés assistencialista, de caráter temporário, e não como um direito garantido por lei, que deve ser exercido com base nos princípios de autonomia e igualdade/equidade, reconhecendo o potencial do “outro diferente” como ponto de partida, e não suas limitações. As entrevistas revelam que o conceito e os princípios inclusivos ainda não foram apreendidos e consolidados pelos profissionais, resultando em insegurança e conflitos entre as concepções e práticas. As instituições compreendem que a inclusão é de responsabilidade de setores específicos, não sendo esse conceito incorporado à estrutura institucional, portanto não se constituindo num processo contínuo, inerente à atividade de gestão da instituição e dos demais departamentos que a compõe e seus procedimentos específicos, funcionando apenas como um apêndice. Os museus ainda planejam suas ações a partir de um modelo padrão de visitante, que não corresponde à realidade presente na sociedade, o que tem resultado em manutenção de processos excludentes. De forma geral, alguns grupos passam a ser acolhidos pelos museus, em detrimento de outro, com base em pré-conceitos que configuram os modelos de atendimento.

Para que o conceito de inclusão se cumpra e gere condições de acessibilidade efetivas, eliminando os modelos padronizados das práticas elaboradas, seria preciso que os museus considerassem o conceito de interseccionalidade como base para pensar a diferença, pois contempla as múltiplas dimensões que constituem a identidade das pessoas com deficiência, na qual se sobrepõem as questões de gênero, raça, etnia, religiosidade e outros marcadores, não sendo possível ajustá-los aos modelos fixos estabelecidos pela sociedade, em que a deficiência é reconhecida em separado.

Ao propormos uma reflexão sobre a interseccionalidade, estamos nos referindo à forma como, na constituição da subjetividade e da identidade dos sujeitos, dois ou mais dos marcadores sociais citados, se transpassam gerando formas específicas de opressão ou privilégio. “A interseção é responsável pela formação de um sujeito específico e, conseqüentemente, de determinados lugares sociais, de formas de ser e estar no mundo e relações interpesso-

ais”. (OLIVEIRA,2006:66). Portanto, enfatizar a interseção entre esses e outros marcadores, aponta para a necessidade de considerar as variadas e complexas identidades que se fazem representar nos diversos grupos sociais, desvelando a diversidade dentro da diversidade.

Kimberle Crenshaw (1991) nos fornece subsídios importantes para compreendermos a complexidade e diversidade que é inerente aos grupos sociais com os quais os museus pretendem trabalhar, destacando aspectos que precisam ser considerados, tais como: condição social e econômica e formação. A autora assinala a existência da interseccionalidade do tipo estrutural, que abarca as condições sociais, tais como desemprego ou subemprego, em que os sujeitos com deficiência estão subordinados, agravados nas pessoas com deficiência do sexo feminino e negras, e que podem aprofundar a exclusão em relação à educação e qualificação profissional e através da pobreza. Nesse contexto, as instituições culturais necessitam confrontar esses vários contextos que conformam as vivências dos sujeitos com deficiência, considerando-os na sua especificidade.

A mesma autora também identifica a “interseccionalidade” do tipo “representativa”, que pode ser observada na confluência de duas imagens e duas narrativas, tais como deficiência/raça e deficiência/gênero, que se reforçam mutuamente. Nesse sentido se enfatiza a associação de dois marcadores de identidade distintos, mas que se inter-relacionam e que se consubstanciam por meio dos discursos sexistas, homofóbicos e racistas presentes na sociedade e que corroboram conjuntamente para a marginalização do sujeito.

Na atual percepção vigente no contexto das instituições museológicas, cada representação identitária é pensada e trabalhada de forma compartimentada, sendo ignorada uma ou outra representatividade que constitui os sujeitos com deficiência, produzindo um enquadramento indesejado. Será preciso gerar outras formas de percepção e atuação, com base na “interseccionalidade das identidades, primeiramente reconhecendo que essas representações estão interligadas; em segundo lugar, afirmando as especificidades que caracterizam cada sujeito, de forma que sirvam de ponto de partida para o estabelecimento de uma comunicação eficaz. Segundo Kimberle Crenshaw (1991:1299), “através de uma conscientização de interseccionalidade, podemos melhor reconhecer e assegurar as diferenças e negociar, a fim de fazer com que estas diferenças ajudem a expressar e construir uma política cultural para todos.”⁸

Outro aspecto que deve ser considerado em relação a pessoa com deficiência, consiste em reconhecer que ela não permanece desligada das transformações sociais, isolada em instituições assistenciais. Porém, se observarmos a sua convivência nos espaços culturais, sua identidade ainda permanece relacionada ao campo biológico, às características e limitações do seu corpo, sem que sejam reconhecidas plenamente as outras identidades por ele assumidas na sua vivência em sociedade. Confirmando essa perspectiva, podemos identificar que a entrada de pessoas com deficiência nos museus ainda ocorre a partir da tutela de instituições assistenciais e especializadas, sendo pouco frequente a visita autônoma de pessoas com deficiência, inclusive como resultado do despreparo das instituições em receber visitantes com deficiência sem prévia marcação.

Portanto, é preciso que os museus desenvolvam um novo olhar ao reconhecer a pessoa com deficiência, não como portadora de uma deficiência, mas

8 Through an awareness of interseccionality, we can better acknowledge and ground the differences among us and negotiate the means by which these differences will find expression in constructing group politics.

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade: concepções e práticas em confronto

como “pessoa portadora de cultura” (GONÇALVES, 2006), constituindo-se de múltiplas identidades com base em uma diversidade de contextos, possuidor de uma rede de relações e que estabelece interação comunicativa com outros sujeitos nos espaços que frequenta.

Atuar reconhecendo a diversidade como um valor, trazendo-a para o cerne de todas as ações dos museus, tanto no trabalho interno dos diversos setores quanto na comunicação com o público, produz engajamento, amplia o conhecimento a partir das diversas vivências, linguagens e formas de se relacionar com o mundo que circulam nos seus espaços, e o seu potencial de comunicação e influência na sociedade.

Conclusão

A proposição que trazemos neste artigo enfatiza a necessidade de que os museus considerem a deficiência a partir da perspectiva social e não pelo Modelo Médico, constituindo-se essa percepção a base para elaboração de suas atividades. Buscamos trazer também uma reflexão de como a própria sociedade cria obstáculos para que pessoas com deficiência exerçam seus direitos, resultando em desvantagens para atuação desse segmento de forma plena na sociedade. Além disso, através dos relatos descritos, buscamos demonstrar que o processo inclusivo deve consistir, primeiramente, de um diagnóstico interno, através do qual sejam avaliadas as barreiras que a própria instituição impõe, por meio de sua estrutura, para que se torne efetivamente inclusiva, tanto para os profissionais que nela atuam quanto para a comunidade onde ela está inserida. Sem esse processo de conscientização e busca pela ampliação do saber específico em relação a inclusão, esta não se consolida e a acessibilidade se torna um processo superficial, que não impacta a instituição como um todo.

O contexto encontrado nos museus reflete esse processo, por meio de seus ambientes e recursos restritivos e suas normas discriminatórias que rejeitam minorias e as diferenças de forma geral, com base num padrão de pretensa normalidade ou de um padrão de indivíduos marcados por algum tipo de carência. Sendo assim, são elaborados recursos e materiais com base em pré-requisitos relacionados a uma pretensa homogeneidade existente em cada segmento, em função da falta de conhecimento sobre as deficiências, do conceito de interseccionalidade, como também sobre os direitos dessas pessoas.

Esse posicionamento se consolida nas práticas elaboradas que contemplam espaços e situações em separado destinadas a determinadas tipologias de deficiência, visando manter o controle da diversidade dos sujeitos e grupos sociais que passam a circular no espaço do Museu. Nesse processo não é previsto um planejamento mais amplo e contínuo, que considere a valorização da diversidade como princípio que se efetiva por meio da promoção de espaços de convivência nos museus e o estabelecimento de interrelações entre grupos diferenciados e de práticas compartilhadas.

A carência de um processo reflexivo sobre a temática tem resultado em procedimentos padronizados para a recepção e atendimento das pessoas com deficiência, nos quais são mantidas ações segregadoras, tornando mais lento e precário o processo de desenvolvimento inclusivo, já que não há estímulo ao estabelecimento de relações entre grupos diversos ou mistos, mantendo-se, de forma geral, o mesmo modelo de visitação em vivências separadas, quando deveriam ser estabelecidos novos parâmetros para o desenvolvimento do trabalho, a partir dos quais as soluções são buscadas para todos. Porém, é pre-

ciso enfatizar, que esse atendimento deve respeitar o direito a autonomia do visitante com deficiência com relação ao percurso, conteúdos e recursos que deseja utilizar, incorporando à sua metodologia comunicacional, uma variedade de recursos e possibilidades de vivências e de acesso ao conhecimento, com base no diálogo e nos acordos compartilhados.

Percebemos que o reconhecimento da diversidade cultural não é o bastante para o desenvolvimento de uma consciência inclusiva nas instituições, na medida em que se percebe a tolerância às ações baseadas em sistemas classificatórios. Nesse sentido, se não houver estímulo a uma reflexão entre os profissionais, de forma mais aprofundada, podem ser gerados alguns efeitos contrários, tais como o enclausuramento das pessoas com deficiência, assim como outros grupos sociais minoritários, em uma identidade cultural fixa e imutável, vedando-os à liberdade de escolher seus arranjos culturais próprios. Podem contribuir também maior possibilidade de expressões de intolerância e rejeição à sujeitos que não se ajustam aos padrões de atendimento estabelecidos pelos museus e, conseqüentemente aumento de dificuldades de acesso a oportunidades iguais.

A perspectiva que ainda permanece de que a acessibilidade é responsabilidade do setor educativo ou de um setor específico, em vez de ser apropriada pela instituição como um todo, também corrobora para um processo superficial e deficitário. Desta forma, diversos arranjos são feitos para manter o “modus operandi” vigente de forma a criar uma aparência de inclusão, mas sem promover mudanças significativas na estrutura, nas concepções e nas relações institucionais, restringindo-se a criação de eventos, regras e atendimentos padronizados.

O processo inclusivo, em sua plenitude, consiste na capacidade institucional de reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças de comportamentos, de vivências e de formas de expressar e se relacionar com o mundo, compreendendo-as como representativas da diversidade cultural existente na sociedade, reconhecendo que essas experiências contribuem para a ampliação do saber institucional e individual dos profissionais. Esse conhecimento é gerado, primeiramente, internamente, a partir da reflexão e produção de diagnóstico, elaborado de forma coletiva, a partir da análise crítica de sua estrutura, discursos, métodos e práticas e sobre as barreiras que a própria instituição produz na relação com essas diferenças. Nesse processo, o museu passa a assumir inclusão como inerente a sua identidade, assim como um caráter agregador, mais flexível, em que, sem desprezar o contexto e a realidade onde se insere e que a caracterizam como instituição, procura se abrir para novas experiências e contribuir, consciente da importância do seu papel social, para a constituição de comunidades mais justas e igualitárias.

Referências

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. Trad. Mônica Pereira dos Santos e João Batista Esteves. 3. ed. Bristol, UK: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE); LaPEADE, 2012. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>> Acessado em: Out. de 2018.

As Percepções dos Profissionais de Museus sobre Acessibilidade:
concepções e práticas em confronto

GAUDENZI, Paula. ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência e Saúde Coletiva*. Deficiência, Família e Sociedade. Rio de Janeiro. v.21, n.10. 2016.

GONÇALVES, José Luís. O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas. *Cadernos de Estudo*. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º 3 (2006). Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/885>. Acessado em: Out. de 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança social*. Izabel Magalhães (trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*. California: Vol.43. n.6.

LUCIAN, Rafael. Repensando o Uso da Escala Likert: tradição ou escolha técnica? *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia -PMKT*. São Paulo: v. 18, 2016.

MIRANDA, Silvana Maria de; PIRES, Maria Marlene; SILVA, Carlos Alberto Justo da. Escala para Avaliar Atitudes de Estudantes de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica: Brasília (DF)*, n.33, Suplemento I, 2009.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. *Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes, lesbianidades em Goiás*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

SANTOS. Mônica P. Inclusão. Mônica Pereira dos Santos et al. (Orgs). *Inclusão em Educação: diferentes interfaces*. Curitiba: Editora CRV. 2009.